

SARTRE NA AMÉRICA OU MEMÓRIAS DE UM *BOURGEOIS ÉPATÉ*

SARTRE IN AMERICA OR MEMORIES OF A *BOURGEOIS ÉPATÉ*

Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima*

RESUMO

Em 1945 o filósofo francês Jean-Paul Sartre fez uma viagem aos Estados Unidos da América, a convite do governo americano – e três textos foram escritos sobre essa viagem: “Individualisme et conformisme aux Etats-Unis”, “Villes d’Amérique” e “New York, ville coloniale”. Os dois últimos, que têm como objetos principais a arquitetura e o urbanismo americanos, serão aqui estudados e comentados, tentando-se explicitar como o olhar de um viajante estrangeiro percebe as cidades de uma cultura em muitos aspectos radicalmente diferente da sua.

Palavras-chave: Cidades americanas; Arquitetura americana; Filosofia francesa.

ABSTRACT

In the year 1945, French philosopher Jean-Paul Sartre made a trip to the United States of America, invited by the American government, and three texts were written about the trip: “Individualisme et conformisme aux Etat-Unis”, “Villes d’Amérique” and “New-York, ville coloniale”. The last two, whose main subjects are American architecture and urbanism, are studied and commented in this article, which attempts to explain how a foreign traveler’s view perceives the cities of a culture in many aspects radically different from his own.

Key words: American cities; American architecture; French philosophy.

* Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá, PR. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), especialista em Filosofia Contemporânea (Ufes) e mestre em Estudos Literários (Ufes).

Desde que revi Paris, parece-me que eu a enterrei. Minhas lembranças mais recentes e mais ternas chamam-se agora desta Paris agonizante. A outra, a da minha vida passada, creio verdadeiramente que os meus últimos elos com ela foram rompidos. É a primeira vez, desde o começo da guerra, que examino friamente o meu passado. Só me interessam as pessoas e quando penso em revê-las é nesta Paris de guerra que imagino nossos encontros. Minha licença consumou a ruptura com o meu passado. Eu recuo e poderei dizer um dia – amanhã talvez – o que Paris foi para mim. Sinto que, se não fui patriota, pelo menos fui comunalista e regionalista. Paris era a minha aldeia, como diz a canção. Cidadão de Paris, se tivesse sido chauvinista. (SARTRE, 1983)

SOBRE VIAGENS E TURISMO

O relato ou memórias de viajantes, tradição extremamente rica nos séculos XVIII e XIX e praticada até meados do século passado, tomaram até mesmo a forma de obras de ficção, como **As viagens de Gulliver**, de Jonatham Swift ou, ainda, **Robinson Crusoé**, de Daniel Defoe. Anterior a essas duas obras, há aquele que talvez seja o mais famoso dentre os relatos de viajantes, **Viagens de Marco Pólo**, supostamente uma narrativa não ficcional.¹ Independentemente do gênero literário, sejam memórias ou romance, exemplos dessa rica tradição certamente não faltam – toda uma experiência com o real é narrada como literatura, e o viajante, memorialista ou personagem ficcional, entrega-se à narrativa das suas experiências, dos lugares conhecidos e dos costumes recém-descobertos.

¹ A listagem dessas três obras aqui realizada é um tanto arbitrária, dada a quase incontável gama de obras que tomam como tema principal ou secundário a viagem. Os próprios poemas atribuídos a Homero, a *Ilíada* e a *Odisséia*, poderiam ser compreendidos, de alguma forma, como “obras de viagem”.

Trata-se, naturalmente, de uma experiência aqui compreendida a partir do termo “viagem” e, embora essa definição possa parecer óbvia, uma vez que é de uso corrente, seria necessário explicitá-la. A experiência subsumida no termo “viagem” implica um considerável deslocamento no espaço, com uma duração no tempo mais ou menos importante. Deslocar-se da casa para o local de trabalho, por exemplo, não poderia, ao menos nos termos deste artigo, ser compreendido como uma viagem: o tempo de deslocamento seria curto demais e ocorreria em espaço bastante definido. A viagem deveria, então, implicar ao menos o espaço entre cidades, num tempo considerado pelo seu agente como não cotidiano. No entanto, nada impediria que um deslocamento curto num lapso temporal igualmente curto fosse considerado uma viagem – pensemos no conhecido livro de Xavier de Maistre, **Viagem em torno do meu quarto**. Os conceitos, como já definira Wittgenstein, têm os seus limites imprecisos, implicando, como se poderia prever, um limite para a própria linguagem – poder-se-ia dizer, igualmente, que o limite mais definitivo para a linguagem é, justamente, o arbitrário.²

Este texto tem como objetivo uma abordagem crítica das narrativas de Sartre sobre uma viagem que fez aos Estados Unidos da América em 1945, quando a Segunda Guerra Mundial encerrara-se na Europa, mas continuava na Ásia – foi, então, um país em guerra que Sartre visitou. Devido aos desdobramentos da carreira filosófico-literária e política do autor francês, essa viagem foi realizada a convite do governo norte-americano. No fim da guerra, os Estados Unidos eram a potência que libertara a Europa do fascismo e não ainda o país do macarthismo e da guerra do Vietnã – era o país de *mon oncle d'Amérique*, sonho um tanto vago sobre prosperidade, riqueza e dinamismo. Como resultado dessa viagem, dois textos foram produzidos sobre a arquitetura e o urbanismo americanos: “Villes d'Amérique” e “New York, ville coloniale”, publicados, respectivamente, em 1945 e 1946.³

Em 1945 Sartre já havia publicado muitos livros da sua extensa obra, alguns dos quais conheceram certa notoriedade: **La Transcendance de l'ego**, **L'imagination**, publicados ambos em 1936, **La nausée**, **Le mur** e **Esquisse d'une théorie des émotions**, publicados em 1939; já em 1943, quando, liberado pelos alemães, retoma as suas atividades de ensino, publica a sua obra filosófica capital, **L'être et le néant**; e duas das suas principais peças de teatro,

² Ver estudo empreendido por Wittgenstein (1991), no qual o conceito perde o seu estatuto de exatidão para se tornar um “jogo”: “Não conhecemos os limites, porque nenhum está traçado” (p. 40).

³ Esses dois textos são aqui estudados de maneira indistinta, uma vez que publicados num lapso temporal muito próximo. Todas as traduções de edições aqui citadas na língua original são de nossa autoria. Para a citação de expressões isoladas do seu contexto narrativo, optou-se pela permanência da língua original, sem tradução, para manter a dicção sartriana.

Les mouches e *Huis clos*, foram representadas, respectivamente, em 1943 e em 1944. Isso significa que o Sartre que conheceu os Estados Unidos da América em 1945 não era apenas um jornalista engajado indiretamente no esforço de guerra americano, mas um pensador com uma sólida obra filosófico-literária. Nesse sentido, o seu exemplo é bastante elucidativo para retornarmos a questão da viagem. Como vimos, os relatos de viagem foram numerosos e bastante populares nos séculos XVIII e XIX; no entanto, não se deixou de viajar nem de narrar suas viagens. Por que, então, não se poderia afirmar que essa tradição tem uma continuidade no século XX e que os já aludidos textos de Sartre seriam sua parte constitutiva?

De fato, nunca se viajou tanto quanto no século passado. Com o direito às férias pagas – que na França ocorreu em 1936 – as viagens tornaram-se possíveis para as classes populares, deixando de ser um direito exclusivo da aristocracia e da alta burguesia (PRELORENZO; PICON, 1999, p. 9). Desse fato democrático surgiram os balneários, os engarrafamentos e, certamente, o seu fenômeno mais inquietante: o turismo de massa. Milhões de cidadãos acorrem todo ano, em estações bem precisas, às praias, às montanhas e a locais os mais diversos, suscetíveis, pelas mais variadas razões, de despertar alguma motivação turística.⁴ O que vêem esses viajantes, denominados, agora, de turistas? O pensador francês Guy Debord tem uma idéia bem precisa dessa questão:

Subproduto da circulação das mercadorias, a circulação humana considerada como um consumo, o turismo, se liga fundamentalmente ao lazer de ver o que se tornou banal. A organização econômica do ato de freqüentar locais diferentes é já, por si mesmo, a garantia da sua *equivalência*. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, retirou-lhe, igualmente, a realidade do espaço. (DEBORD, 1992, p. 164; destaque do autor)

Caberia um comentário às afirmações do polemista francês: se a lógica determinante na organização do tempo e do espaço é a racionalidade do capital, e se este obedece – ou aplica – os mesmos princípios em todos os lugares, então a banalização das imagens, dos locais, das paisagens, do tempo, é o próprio fator que educa o olhar. O turista que visita a Catedral de Notre-Dame em Paris não a viu anteriormente, mas a consumiu previamente como imagem icônica destinada, ela mesma, a promover o patrimônio como consumo; por outro lado, diante da realidade material da Catedral, o que ele ainda vê são as imagens publicitárias. E o tempo gasto na contemplação é o

⁴ Não deixa de ser curioso e mesmo irônico que os corpos imobilizados em lava dos habitantes de Pompéia e Herculano, antigos patrícios romanos que se dirigiam a essas duas cidades para as suas “residências secundárias”, sirvam, agora, para a curiosidade sempre ávida de milhões de turistas em férias.

tempo dos “pacotes turísticos” promocionais, a mesma lógica que organiza os espaços do consumo e o tempo do trabalho. As comodidades modernas aludidas por Debord representam a negação do tempo que passa, compreendido como “tempo perdido” ou “inutilmente gasto”, anulando, assim, as diferenças espaciais. Sartre, bem longe de constituir um turista, afirma o seu estatuto de viajante ao compreender que a passagem do tempo nas viagens implica a construção da diferença espacial. Em “Villes d’Amérique”, ele escreve:

Para aprender a viver nestas cidades, a amá-las como os americanos a amam, foi necessário que eu sobrevoasse os imensos desertos do Oeste e do Sul. Na Europa nossas cidades se tocam, elas se banham nos mesmos campos humanos, trabalhados ao metro quadrado. E além disto, muito longe de nós, do outro lado dos mares, nós sabemos vagamente que há o deserto, um mito. Este mito, para o americano, é uma realidade cotidiana. Entre Nova Orleans e São Francisco nós voamos durante horas sobre uma terra vermelha e seca, com arbustos de um verde cinza. (...) Após alguns dias deste regime, eu compreendi que uma cidade americana era, na origem, um acampamento no deserto. (SARTRE, 2002, p. 15)

Essa é a descrição sumária de uma descoberta que se produziu ao longo de alguns dias de vôo sobre desertos áridos e cidades anódinas – o tempo gasto nessa viagem não foi “inútil” nem tedioso, representando, ao contrário, a própria chave da descoberta do sentido do lugar. O deserto, portanto, não é um “não-lugar”, é a emergência da originalidade própria aos lugares. A diferença percebida entre uma cidade européia, cercada por campos de cultivo, obras humanas em meio a outras obras humanas, é o motor da compreensão de uma outra realidade: frágeis cidades em meio a um ambiente hostil, sentido como hostil e indiferente ao homem. A natureza que cerca as cidades americanas não é da mesma ordem que nas cidades européias, mas esse fato constrói-se sobre um mito, sobre uma imagem anterior que, como vimos, não é confirmada nem inteiramente negada pela viagem, como a suposta beleza de um artefato arquitetônico é comprovada ou negada por um turista apressado, mas surge como uma outra coisa, que já não mais é o mito e tampouco deixa de sê-lo. Retomemos a frase: “Este mito, para o americano, é uma realidade cotidiana”. Há que se compreender, como Sartre, que o suposto mito é a realidade de um lugar preciso e que o sentimento expresso na seguinte frase: “Eu compreendi que uma cidade americana era, na origem, um acampamento no deserto”, marca a criação de uma diferença irreduzível, uma vez que não é certo para um americano que a origem das suas cidades seja a de um acampamento no deserto.

A respeito dessa frase, consultemos um autor americano, crítico e historiador de arquitetura, para que do cotejo das observações de um estrangeiro com a percepção de um nativo possamos compreender melhor as afirmativas de Sartre:

É evidente que o europeu na América nunca se sentiu fixado no continente. Ele tinha deixado o jardim fechado da paisagem européia e seu novo ambiente natural era maior, mais hostil e, acima de tudo, menos confinado do que conhecera até então. O americano foi, portanto, o primeiro europeu a experimentar o fluxo contínuo dos tempos modernos, e a sua literatura mais característica, de Cooper e Melville a Whitman e Twain, celebrava imagens de desabrigo, movimento e fluxo contínuo. (SCULLY, 2002, p. 31)

Há uma clara mudança de dicção entre a compreensão sartriana dos espaços americanos e as asserções do crítico de arquitetura americano. Para o primeiro é o caráter de fragilidade que determina essas cidades circundadas por um deserto ou por cadeias de montanhas e, para o segundo, é o próprio signo da modernidade que ultrapassa a “natureza hostil” e planta no deserto árido as sementes das suas cidades, que podem não ser, como o autor americano indica, abrigos perfeitos.

Essas questões iniciais criam um pano de fundo para a compreensão da visão sartriana das cidades americanas. Mas o que terá visto o filósofo francês e como o teria compreendido?

O ESPANTO SARTRIANO: O *BOURGEOIS ÉPATÉ*

O termo “burguês”, antes da sua fortuna crítica na literatura marxiana e marxista, indica o “habitante livre ou natural dos burgos”, isto é, das aglomerações medievais que se tornaram, em sua maioria, cidades. O título deste texto faz alusão a esse fato, na medida em que lança luz sobre a visão de um cidadão sobre cidades de uma cultura que, embora não lhe seja totalmente alheia, ainda é para ele um cenário estrangeiro. Assim, Sartre, cujos escritos e ações políticas acabavam por *épater* não poucos burgueses (no sentido marxista), como na ocasião em que recusou o Prêmio Nobel de literatura, era ele mesmo, diante do cenário urbano americano, um burguês (no sentido originário) *épaté*. O que teria, então, espantado o autor francês?

O viajante conhece o lugar a ser visitado pela sua parte mítica e cultural, necessariamente vaga e imprecisa. Já o turista consome previamente o lugar visitado pelas imagens publicitárias e que moldam irredutivelmente a sua experiência e o seu olhar. Sartre conheceu os Estados Unidos, pela primeira vez, na sua literatura de infância, como naquela em que figura o herói Buffalo Bill, e a que no livro de memória *As palavras* ele chamará de minhas “más leituras”.⁵ Assim, para Sartre viajante haveria dois padrões de reconhecimento-

⁵ “O mundo Novo parecia a princípio mais inquietante do que o Antigo: pilhava-se nele, matava-se; o sangue corria aos borbotões. Índios, hindus, moicanos, hotentotes raptavam a donzela, amarravam o seu velho pai e prometiam fazê-lo perecer sob os mais atrozes suplícios. Era o puro Mal. Mas ele Só aparecia para prosternar-se diante

to dessa realidade: a sua formação primeira, que lhe moldou um panorama mítico, e a sua experiência urbana na Europa. Portanto, a frase com a qual ele abre o texto é significativa, apresentando, justamente, o juízo de um burguês europeu *épaté*: “Nos primeiros dias, eu estava perdido” (2002, p. 15). Foi necessário mais tempo até que um padrão mínimo de reconhecimento se criasse e que uma leitura urbana pudesse ser feita, tanto sobre o mito formado na infância quanto sobre a imagem das cidades européias. Pois, a propósito da relação estabelecida por ele com a cidade de Nova York, Sartre confessa: “Talvez o que eu procurasse fosse uma cidade européia” (2002, p. 33).

A todo momento, esses dois fatores modelam e formam a sua experiência urbana nos Estados Unidos: “O que espanta [*frappe*, no original] é a leveza, a fragilidade destas construções. A cidade não pesa, mal parece pousar sobre o solo; ela não consegue marcar com a impressão humana esta terra avermelhada e as árvores negras: ela é *provisória*” (2002, p. 18; destaque do autor). Em contraste, as cidades européias: “pesam fortemente no solo” (2002, p. 34). Espanta-se, ainda, com o fato de não se construir com pedra, como nos países da Europa, onde esse material é relativamente abundante:

Em seguida, fica-se *frappé* com a leveza dos materiais de construção. Nos Estados Unidos não se usa jamais a pedra. Os arranha-céus: revestimento de cimento sobre uma estrutura metálica; os outros edifícios: tijolo ou madeira de construção. Mesmo nas cidades mais ricas e nos bairros mais elegantes destas cidades é comum encontrar casas de madeira. (2002, p. 23)

O efeito geral das casas americanas sobre o imaginário de Sartre não deixa de ser curioso. O filósofo francês guarda inúmeros adjetivos para as casas americanas que ele teve a oportunidade de ver, e nenhum deles é lisonjeiro: *Maisons de pacotille* (p. 24), *maisonnettes* (p. 25) e *bicoques de brique* (p. 27). Espantou-o que não possuísem telhados, o que lhes conferia o aspecto de simples paralelepípedos ou cubos rapidamente construídos e já preparados para uma inevitável demolição. É a fragilidade que conduz, por analogia, ao caráter de provisório – para um esteta europeu, uma casa que tenha empregado materiais “tão pouco duráveis” não pode ter sido construída para persistir no tempo. A fim de que o leitor europeu tenha uma possível imagem da sua descrição, compara as casas americanas com as dos balneários da costa francesa, como Cabourg e Trouville, “com a sua arquitetura pretensiosa e a sua fragilidade” (2002, p. 24). Vejamos como o autor americano descreve as casas americanas, para que possamos perceber, efetivamente, como a experiência urbana de Sartre construiu a sua visada crítica:

do Bem: no capítulo seguinte, tudo ficaria restabelecido. Brancos corajosos procederiam a uma hecatombe de selvagens, cortando as cordas do pai, que se jogaria nos braços da filha. Apenas os Maus morriam – e alguns bons muito secundários cujo procedimento figurava entre as despesas imprevistas da história” (1984, p. 55).

De modo semelhante, os edifícios mais tipicamente americanos no período colonial, por mais imitações dos protótipos europeus que tenham pretendido ser, eram geralmente telas finas em volta de espaços internos, leves e transitórias, com os seus detalhes barrocos provincianos reduzidos ao padrão linear de uma cortina estendida. Ao mesmo tempo em que aderiam ao lugar, davam a impressão de que podiam a qualquer momento ser removidas por ele. (SCULLY, 2002, p. 32)

Para o crítico americano, as casas, embora em consonância com a cultura do país, com o “fluxo contínuo dos tempos modernos”, podendo “a qualquer momento ser removidas”, aderem no solo. A expressão “aderir” equivale culturalmente ao termo “pesar” utilizado por Sartre: materiais leves não pesam no solo, mas podem perfeitamente “aderir” a ele. Ainda pensando essa questão, poder-se-ia retorquir que o crítico americano se referiu às casas coloniais americanas e que Sartre visitou esse país em 1945, quando essas construções, pela sua fragilidade, só existiam como vestígio. No entanto, o filósofo francês observou uma espécie de “espírito” do passado colonial até mesmo na maior das cidades americanas: “Nova York é uma cidade colonial, um terreno de camping” (p. 39). E, de qualquer sorte, nos Estados Unidos a arquitetura colonial tornou-se um estilo, persistindo até os dias atuais.

Como se percebe, Sartre teve uma impressão nada lisonjeira das cidades americanas. Os termos que empregou para defini-las nos demonstram: *inachevée*, *mal ajustée* (p. 27), *standard* (p. 30), *provisoire* (p. 31) e *legères* (p. 31). Exemplos como esses não faltam, o texto de Sartre é pontuado de adjetivos que manifestam uma espécie de mal-estar diante do estranho, do diferente. E, em certa medida, esse mal-estar é perfeitamente confessado, pelo menos quanto a Nova York: “Eu não sabia que para um europeu recém-desembarcado haveria uma espécie de ‘enjôo de Nova York’, exatamente como há um enjôo no mar, nas viagens aéreas e nas montanhas” (2002, p. 33). Ainda que ele afirme amar Nova York (2002, p. 39), esse amor se equilibra precariamente entre as críticas mais ácidas e as manifestações de absoluta estranheza.

Esse sentimento ambíguo, de se amar algo que lhe é estranho, pode ser muito bem expresso na relação de Sartre com a natureza do espaço na cidade de Nova York. As ruas, os prédios, tudo para esse viajante europeu, que se ressentia da diversidade espacial apreendida como tal em seu continente, parece igual, nada de mais preciso parece funcionar para determinar o caráter do espaço: “O meu olhar não encontrava senão o espaço. Ele deslizava em blocos de casas, todas iguais, sem que nada o detivesse, ele ia se perder no vazio, no horizonte” (2002, p. 35). E, no texto “Villes d’Amérique”: “Ao mesmo tempo, meus olhos buscavam perpetuamente alguma coisa que os retivesse um instante e que eu não encontrava nunca: um detalhe, uma praça ou talvez um monumento. Eu não sabia ainda que era necessário olhar as

casas e as ruas daqui por massas” (2002, p. 15). Há, como se percebe, uma similitude estética, e, embora o texto não precise, é muito provável que se trate, novamente, de um evento ocorrido na cidade de Nova York.

Por um breve momento, ele confessa a sensação de ter encontrado o espaço em seu “estado puro”: “E de repente aparece o espaço puro” (2002, p. 37). Mas seria ingênuo acreditar que, de fato, as ruas e os prédios tivessem sido percebidos como idênticos: “(...) o conforto tranquilizador das lojas de Lexington; a morna elegância de Park Avenue; o luxo frio e a impassibilidade de estuque da 5ª Avenida; as feiras de produtos alimentícios da 9ª; a alegre frivolidade das ruas 6ª e 7ª; o *no man’s land*⁶ da 10ª” (2002, p. 36). Vê-se, a partir dessa breve enumeração das peculiaridades de cada rua e avenida, que o sentimento de perplexidade espacial é de uma outra ordem – trata-se da busca por uma relação afetiva com a cidade: “Mas esta precisão espacial não é acompanhada de nenhuma precisão afetiva” (2002, p. 37). Pode-se imaginar, então, que faltaria a Sartre justamente a possibilidade de criação de uma espécie de “cartografia afetiva” superposta à realidade geográfica.

Entretanto, um amante das caminhadas urbanas, o *flâneur* do século XX poderia, ao cabo de algumas semanas, criar-se essa realidade afetiva, esse reconhecimento dos lugares, dos prédios, das ruas.⁷ E não faltou a Sartre essa possibilidade. Numa carta a Simone de Beauvoir, afirma: “Após o almoço eu passeio só até as seis horas em Nova York, que conheço, agora, tão bem quanto Paris”.⁸ A temerária confissão de Sartre não estabelece, entretanto, um paradoxo, se pensarmos no caráter do passeio que ele empreende nas ruas de Nova York: “Não se passeia nas ruas de Nova York, passa-se, é uma cidade em movimento” (2002, p. 37). Sartre jamais foi um *flâneur* nessa cidade e, embora tenha andado muito, e a esmo, como se lê na carta, sua circulação é de outra ordem. Benjamin (1989) assim definiu o termo *flâneur*:

A rua se torna moradia para o *flâneur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto um burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços do café, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente. (p. 35)

A relação que Sartre estabeleceu com Nova York é, certamente, de outra ordem: ele não se sente “em casa”, seguro ou confortável. Não observa o ambiente de alguma sacada de café, identificando os possíveis “tipos”, nem

⁶ Em inglês no original.

⁷ Para uma compreensão da diferença entre o *flâneur* e o errante, assim como a possível extensão do conceito ao século XX, ver Lima (2001).

⁸ Citação retirada do prefácio de Jean-Pierre Le Dantec para a edição francesa.

considera os letreiros com a atenção que um esteta reserva a pinturas. Mais que um estrangeiro em terras estranhas, Sartre pressente habitar um mundo que lhe será sempre estrangeiro – na relação de amor que afirma ter desenvolvido com a cidade, tudo o que ele lhe pode dar é uma compreensão fria e distante, é um amor adúltero que se compreende como terminal, derrisório e inútil: “Eu amo Nova York. Eu aprendi a amá-la. Eu me acostumei com seus conjuntos maciços, com as suas grandes perspectivas. Os meus olhos não mais procuram nas fachadas uma casa que, por impossível, não seria idêntica às outras” (2002, p. 39). Normalmente, numa relação afetiva a expressão “aprender a amar” indica certa condescendência e, ao mesmo tempo, uma renúncia anterior: “Desisti de ser indiferente”. Ele passa a amá-la porque, compreendendo-a, nada mais resta a fazer. O amor de Sartre pela cidade americana não seria, então, a paixão devotada, terna, imperturbável como a que ele parecia sentir por Veneza:

A verdadeira Veneza, não importa onde se esteja, é encontrada em outro lugar. Para mim, pelo menos, é assim. Normalmente, eu me contento com o que eu tenho; mas em Veneza eu sou tomado por uma crise de ciúmes; eu não me contento, eu estarei todo o tempo nas pontes ou nas gôndolas, buscando desesperadamente a Veneza secreta da outra margem. (2002, p. 49)

Não, Sartre certamente não conhecia Veneza tão bem quanto Paris ou Nova York. E confessou mesmo a impossibilidade de conhecê-la. Para ele, o conhecimento se dá facilmente nas hipodâmicas ruas da cidade americana, “longas linhas traçadas à régua” (2002, p. 36) e, depois de alguns passeios, sobrevém a sensação de que tudo já foi visto, de que o “olhar por massas”, sem detalhes, é tudo o que essa cidade pode oferecer a um viajante. Não é a mesma sensação que diz ter vivido em Veneza: cada quadra (*ilôt*) é uma ilha (*île*), e não se deve esquecer que a cidade italiana é um arquipélago. E que os seus canais não são espaços de “significações paralelas e não comunicantes” (2002, p. 36), mas espaços plenos de significado. E que a água dos canais, sempre cambiante segundo as estações e os dias, não tem equivalente no monótono e anônimo asfalto das ruas de Nova York.

Sartre tampouco fez a Veneza juras de amor, como a Nova York, que disse amar três vezes ao longo do texto.⁹ Mas ali, entre as pontes e as gôndolas, estava certamente “em casa”. Era o *flâneur* possível entre casas, palácios e canais de uma cidade cuja história conhece e cujas lendas reproduz: “Consultemos a legenda: nos primórdios, a laguna estava banhada em uma noite

⁹ O seu amor por Veneza é quase um *cela va sans dire*: “Eu sabia muito bem que eu amaria Nova York, mas eu acreditava poder amá-la imediatamente, exatamente como eu havia amado os tijolos vermelhos de Veneza e os prédios maciços e sombrios de Londres” (2002, p. 33).

radiosa e perpétua; os patrícios se regozijavam em olhar as constelações, cujo equilíbrio, fundado sobre uma desconfiança mútua, lembrava-lhes as vantagens do regime aristocrático” (2002, p. 46). Nada semelhante encontraríamos em sua relação com Nova York, nem com qualquer outra cidade americana. Restaria, então, refletir sobre as razões dessa indiferença fundada sobre um espanto inicial – para as cidades americanas que ele visitou – e sobre um amor confessado de maneira quase protocolar à cidade de Nova York.

CONCLUSÃO: NATUREZA E ANTI-HISTORICIDADE

As cidades americanas, em sua maioria, não possuem nem 500 anos de história. Uma cidade francesa, ao contrário, pode ter 1.000 ou talvez 2.000 anos. Sobre uma cidade moderna francesa, quantos estratos de civilizações passadas e subsumidas não haveria? Marselha, fundada por gregos, tornou-se depois uma importante cidade da colônia romana, a Gália Transalpina, posteriormente franca. Paris, cidade céltica, não teve destino diferente (ver DUBY, 1980). Para um francês, acostumado a ver a sua civilização como um amálgama de diferentes culturas, de origem quase imemorial, uma cidade americana, assim como a natureza, “não tem história”. Talvez daí derive a resistência de Sartre em vê-las como obras humanas, comparando-as, muitas vezes, com formações naturais:

Eu não tinha olhos para os arranha-céus e eles não me espantavam: eles pareciam para mim – mais que construções humanas habitadas por homens – como partes mortas de uma paisagem urbana, rochas, colinas, que são encontradas em cidades construídas sobre um solo irregular e que são contornadas sem que sequer se preste atenção. (2002, p. 15)

Ou, quanto à paisagem de Nova York: “Esta cidade se parece de uma maneira espantosa com as grandes planícies da Andaluzia” (2002, p. 40). Um rochedo não tem história, como uma obra humana: não há rupturas e cesuras a serem narradas, aos olhos humanos só há uma lenta e monótona continuidade. Sartre nega o estatuto histórico das cidades americanas ao mesmo tempo em que as investe de uma vaga dimensão do passado: “Nova York não é uma cidade-museu; no entanto, aos olhos de um francês de minha geração, ela já tem a melancolia do passado” (2002, p. 42). Os arranha-céus de Nova York seriam representantes de uma época em que se acreditava na prosperidade que as crises econômicas acabaram fatalmente por desmentir. Mas, em si, possuindo a sua maioria menos de 50 anos quando Sartre os conheceu, ainda que integrassem a paisagem urbana, não eram, ainda, o próprio urbano.

Por que, então, o filósofo francês teria “naturalizado” obras nas quais

todos veriam as inevitáveis marcas da racionalidade e do trabalho humanos? Poder-se-ia dizer que Sartre não consegue perceber, nas obras dessa cultura que lhe é estrangeira, as impressões de um fluxo temporal marcado por rupturas que se estendem ao longo de poucos séculos. Tal leitura não lhe é permitida nessas cidades que mudam tão velozmente, num ritmo tão vertiginoso que os olhos de um europeu não conseguiriam perceber. Henri Lefebvre, filósofo contemporâneo a Sartre, analisa historicamente um bairro de Paris:

A situação na metade do século XIX, em Paris, foi mais ou menos a seguinte. A burguesia dirigente, classe não homogênea, conquistou a capital com uma dura luta. Disto é testemunha, ainda hoje, de modo sensível, o Marais: bairro aristocrático antes da Revolução (apesar da tendência da capital e das pessoas ricas para derivar para o oeste), bairro de jardins e hotéis particulares. O Terceiro Estado, em algumas dezenas de anos, durante o período balzaquiano, apodera-se dele; desaparece um certo número de magníficos hotéis, outros são ocupados por oficinas e pequenas lojas; casas de aluguel, lojas e depósitos, entrepostos, empresas substituem parques e jardins. A feiúra burguesa, a aspereza em relação ao ganho, *visível, legível*, nas ruas instalam-se no lugar da beleza um pouco fria e do luxo aristocrático. Nas paredes do Marais *lê-se* a luta de classes, o ódio entre as classes, a mesquinha vitória. Impossível tornar mais perceptível este paradoxo da história, que em parte escapa a Marx. (2001, p. 14; grifos nossos)

A cidade é, assim, principalmente na literatura marxiana, palco de transformações sociais, políticas e econômicas (ver LIMA, 2005; disponível em www.arquitetura.ufmg.br/ia/). Quando uma classe social perde um território, suas marcas são lentamente substituídas, mas nunca desaparecem completamente: um parque, outrora local de exibição de uma classe aristocrática, ainda subsiste, mesmo tendo-se tornado menor e perdido boa parte de sua antiga beleza. Um hotel particular, antes magnífico, torna-se uma casa de aluguel, sublocada para muitas famílias. Os espaços urbanos podem ser compreendidos e lidos como a inscrição mais material e visível das lutas de classes, que, na literatura marxiana, são o próprio motor da história.

É justamente dessa impossibilidade de leitura que se ressentia Sartre:

É regra, nos Estados Unidos, que os belos bairros deslizem do centro à periferia: no fim de cinco anos o centro está “deteriorado”; se você passear por lá, você encontrará, nas ruas sujas, residências dilapidadas que mantêm sob a sujeira uma aparência de pretensão; uma arquitetura complicada, casas de um único pavimento cuja entrada é um peristilo sustentado por colunas, chalés góticos, “coloniais” etc. Foram moradas aristocráticas, agora são habitadas por pobres. Há desses templos greco-romanos no sinistro bairro negro de Chicago, e que *por fora ainda têm boa aparência*. Apenas, no interior, doze famílias negras, devoradas por piolhos e ratos, se amontoam em cinco ou seis cômodos. (2002, p. 20; grifo nosso)

Pode-se discernir dois movimentos na narrativa sartriana: o primeiro é a

rapidez do processo¹⁰ – o que na França pode levar muitas dezenas de anos para ocorrer dura apenas cinco nos Estados Unidos; o segundo é o fato de que Sartre não se revela totalmente capaz de “ler” e desvendar o processo. Sem dominar inteiramente o sistema americano de divisão de classes e de estratificação, não estaria apto a realizar essa leitura “nas paredes” das casas. O filósofo francês observou, ao contrário, que as casas ainda tinham boa aparência, apesar de habitadas pelas classes mais baixas da sociedade, o que pode levar a erros de leitura. Na maioria dos países europeus o acúmulo de capital se deu ao longo de muitas gerações, num processo que pode levar séculos; ora, sabe-se que o mesmo não ocorre nos Estados Unidos – a sua sociedade é mais dinâmica e os agentes sociais são freqüentemente mais desenraizados, como relatou o próprio Sartre, ao comentar o destino das cidades americanas, que podem, ao cabo de algumas décadas, tornar-se metrópoles ou, simplesmente, desaparecer: “Nos Estados, da mesma forma que todo cidadão pode, teoricamente, se tornar presidente da República, cada Fontana pode se tornar Detroit ou Mineápolis: basta um pouco de sorte” (2002, p. 18). Nesse sentido, uma casa ou mesmo um bairro inteiro podem enganar um viajante incauto, posto que a elegância e a riqueza do passado ainda estarão presentes nesses bairros, ainda que de maneira apenas residual. Esse seria, então, o caráter de “naturalização” ou mesmo de anti-historicidade das cidades americanas captado por Sartre: a rapidez das transformações sociais, que a cidade forçosamente acompanha, não permite que uma narrativa histórica seja construída e se fixe. Um americano certamente seria capaz de perceber as transformações materiais da sua cultura, mas não um viajante cuja cultura, e mesmo a cultura urbana, seriam completamente diferentes daquelas do país visitado.¹¹

Sartre emprega o termo “cidade-museu”. O que seria esse conceito que, em princípio, opõe as cidades americanas às européias?

Nós certamente aprendemos a amar nossas velhas cidades, mas o que nos toca nelas é uma parede romana que faz parte de um albergue,¹² ou uma casa

¹⁰ “Ao mesmo tempo, operam-se continuamente transformações nos lugares: compra-se um imóvel para demoli-lo e construir um outro no mesmo lote; ao fim de cinco anos este é revendido a um empresário que o destrói para construir um terceiro prédio. O resultado: uma cidade é para os seus habitantes uma paisagem movediça, enquanto que para nós é uma concha” (2002, p. 20). Ou, ainda: “Nós mudamos em nossas cidades imutáveis e as nossas casas e os nossos bairros sobrevivem a nós; as cidades americanas mudam mais rápido que os seus habitantes e são eles que lhes sobrevivem” (2002, p. 21).

¹¹ “Esta manhã um advogado de 35 anos (...) mostrava-me o bairro negro: ‘Eu nasci aqui. Nesta época era a residência dos brancos, você não teria visto um único negro, a não ser empregados. Hoje já não há brancos e 250.000 negros se amontoam nas casas’” (2002, p. 20).

¹² No livro de memórias *As palavras* lemos esta referência à persistência residual da arquitetura antiga nas cidades francesas: “Na Auvergne, em contrapartida, no mês de

na qual Cervantes morou, ou a praça dos Vosges, ou a Prefeitura de Rouen. Nós amamos cidades-museus – e todas as nossas cidades são um pouco como museus onde nós erramos entre as moradas dos ancestrais. (2002, p. 41)

O conceito de “cidade-museu” remete, necessariamente, ao caráter de historicidade evidente das cidades européias: a marca do passado parece estar em todos os lugares. A aludida fragilidade das construções americanas, feitas, na percepção de Sartre, para durar apenas uns poucos anos, impede que uma história seja narrada.¹³ Sob esse aspecto, o filósofo francês espanta-se com o fato de que cidades inteiras poderiam ser montadas em poucos meses e, após alguns anos, desmontadas e transportadas para outro sítio.

É fácil perceber como “histórica” uma cidade quando uma parede, em sua aparente insignificância, revela-se resultado do trabalho de centenas de construtores romanos para erigir um anfiteatro; ou quando há a lembrança de uma praça construída no século XVII, que teve suas estátuas substituídas à medida que se sucediam os regimes políticos. Por outro lado, é difícil perceber como “histórica” uma cidade que, ao cabo de uma única geração, muda radicalmente três vezes, como relatou Sartre a propósito da cidade de São Francisco (2002, p. 21). Não há, naturalmente, cidades sem passado, nem memória. O filósofo francês alude, justamente, à dificuldade de apreender a historicidade de processos urbanos que, além de se transformarem rapidamente, não possuem nenhuma garantia de duração.

Os comentários de Sartre sobre as cidades americanas não são, certamente, um trabalho de especialista. Um crítico ou historiador de arquitetura jamais se espantaria com o não uso da pedra na indústria de construção civil americana, para citar apenas um exemplo. O que poderia, inicialmente, ser considerado um déficit, torna-se a importância mesma dos textos, pois as observações originais sobre a cidade e a arquitetura feitas pelo romancista e filósofo poderiam escapar a um crítico que, conhecedor dessa realidade urbana através de livros e revistas especializadas, já tivesse perdido a motivação do espanto.

agosto, ele farejava pelas aldeias, plantava-se diante de velhas construções, golpeava os tijolos com a ponta da bengala: ‘Isso que você está vendo aí, menino’, dizia-me com animação, ‘é um muro galo-romano’” (1985, p. 43).

¹³ A história é, ela própria, uma construção histórica, e a natureza do fato depende do lugar e do tempo em que é narrado. Ver Lima (2004; disponível em: www.arquitetura.ufmg.br/ia/).

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DEBORD, Guy. **La société du spectacle**. Paris: Gallimard, 1992.
- DUBY, Georges (Org.). **Histoire de la France urbaine: la ville antique**. Paris: Editions du Seuil, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, Adson Cristiano Bozzi Ramatis. Tramando a cidade: poesia moderna e poetas urbanos. In: SALGUEIRO, Wilberth Clayton Ferreira (Org.). **Vale a escrita?: poéticas, cenas e tramas da literatura**. Vitória: Centro de Ciências Humanas e Naturais da Ufes, 2001.
- LIMA, Adson Cristiano Bozzi Ramatis. Arquitetura: a historicidade de um conceito. **Interpretar Arquitetura**, Belo Horizonte, v. 5, n. 7, ago. 2004. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/>
- LIMA, Adson Cristiano Bozzi Ramatis. Do nomadismo à cidade: o conceito de urbano na obra de Henri Lefebvre. **Interpretar Arquitetura**, Belo Horizonte, v. 6, n. 8, out. 2005. Disponível em: www.arquitetura.ufmg.br/ia/.
- PRELORENZO, Claude; PICON, Antoine. **L'aventure du balnéaire la Grande Motte de Jean Balladur**. Paris: Editions Parenthèses, 1999.
- SARTRE, Jean-Paul. **As palavras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SARTRE, Jean-Paul. **Diário de uma guerra estranha: “a drôle de guerre”**, novembro de 1939 – março de 1940. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- SARTRE, Jean-Paul. **Villes d'Amérique; New York, ville coloniale; Venise, de ma fenêtre**. Paris: Monum, Éditions du Patrimoine, 2002.
- SCULLY JUNIOR, Vincent. **Arquitetura moderna: a arquitetura da democracia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

Endereço para correspondência:

ADSON CRISTIANO BOZZI RAMATIS LIMA
Universidade Estadual de Maringá, Bloco 9
Av. Colombo, 5.790 – Zona 7
87.020-900 – Maringá – PR
e-mail: a.bozzi@uol.com.br